



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 1156/2017 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58/2012.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa do Nobre Vereador José Américo, que pretende sustar "em todos os seus termos, as Portarias nº 019 a 043 / SP-SE/GAB - de 19 de maio de 2012; Portaria nº 15/SP-MP/GAB- de 10 de abril de 2012; Portaria nº 025 a 055/ SP-LA/GAB - de 19 de maio de 2012; Portaria nº 057/SP- LA/GAB- de 26 de maio de 2012; Portaria nº 11/SP-PI/GAB- de 28 de fevereiro de 2012; Decretos nº 053 e 058 de 20 de abril de 2012 (revogam o bolsão de Jabaquara); Decretos nº 53 e 54 de 19 de maio de 2012 (revogam o bolsão de General Carneiro e Fernando Costa); Decreto nº 52.821, de 29 de Novembro de 2011 (revoga o bolsão de Santo Amaro); Portaria nº 017/SP-SM/GAB 2012."

Objetiva o projeto sustar esses decretos supracitados emanados pelo Executivo, reestabelecendo os Termos de Permissão Uso (TPUs) que se relacionam com os Bolsões do Jabaquara, da General Carneiro, da Fernando Costa e da Santo Amaro. Ou seja, permitir a volta do comércio ambulante nestes locais.

Conforme a exposição de motivos que acompanha a iniciativa, "o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que ora apresentamos tem o propósito principal de restaurar as prerrogativas da Câmara Municipal violadas quando o prefeito Gilberto Kassab decidiu revogar, através de decretos e simples portarias, os TPUs de milhares de ambulantes da cidade, que foram concedidos com o amparo da Lei 11039, de 1991. Esta lei regulamentou o comercio ambulante na cidade, disciplinando não só a concessão de novos TPUs bem como também as eventuais cassações ou cancelamentos de licenças.

A Digníssima Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela Legalidade do projeto, não obstante na forma de um SUBSTITUTIVO a fim de adequá-lo à melhor técnica de elaboração legislativa.

Ante o exposto, a Comissão de Administração Pública é FAVORÁVEL ao projeto, nos termos do SUBSTITUTIVO da CCJLP.

Sala da Comissão de Administração Pública, 16 de agosto de 2017.

Toninho Paiva - (PR) - Presidente

Gilson Barreto - (P SDB) - Vice-Presidente - contrário

André Santos - (PRB) - contrário

Antônio Donato - (PT) - Autor do voto vencedor

Alfredinho - (PT)

Fernando Holiday - (Democratas)

Patrícia Bezerra - (PSDB)

VOTO VENCIDO DO RELATOR DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58/2012.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa do Nobre Vereador José Américo, que pretende sustar "em todos os seus termos, as Portarias nº 019 a 043 / SP-SE/GAB - de 19 de maio de 2012; Portaria nº 15/SP-MP/GAB- de 10 de abril de 2012; Portaria

nº 025 a 055/ SP-LA/GAB - de 19 de maio de 2012; Portaria nº 057/SP- LA/GAB- de 26 de maio de 2012; Portaria nº 11/SP-PI/GAB- de 28 de fevereiro de 2012; Decretos nº 053 e 058 de 20 de abril de 2012 (revogam o bolsão de Jabaquara); Decretos nº 53 e 54 de 19 de maio de 2012 (revogam o bolsão de General Carneiro e Fernando Costa); Decreto nº 52.821, de 29 de Novembro de 2011 (revoga o bolsão de Santo Amaro); Portaria nº 017/SP-SM/GAB 2012."

Objetiva o projeto sustar esses decretos supracitados emanados pelo Executivo, reestabelecendo os Termos de Permissão Uso (TPUs) que se relacionam com os Bolsões do Jabaquara, da General Carneiro, da Fernando Costa e da Santo Amaro. Ou seja, permitir a volta do comércio ambulante nestes locais.

Conforme a exposição de motivos que acompanha a iniciativa, "o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que ora apresentamos tem o propósito principal de restaurar as prerrogativas da Câmara Municipal violadas quando o prefeito Gilberto Kassab decidiu revogar, através de decretos e simples portarias, os TPUs de milhares de ambulantes da cidade, que foram concedidos com o amparo da Lei 11039, de 1991. Esta lei regulamentou o comércio ambulante na cidade, disciplinando não só a concessão de novos TPUs bem como também as eventuais cassações ou cancelamentos de licenças.

A Digníssima Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela Legalidade do projeto, não obstante na forma de um SUBSTITUTIVO a fim de adequá-lo à melhor técnica de elaboração legislativa.

No curso deste processo legislativo, houve pedido de informações ao Poder Executivo. Conforme a manifestação de sua assessoria jurídica, houve posicionamento contrário à aprovação do Projeto. A justificativa apresentada destacou ser "importante salientar que a administração dos bens municipais, entendendo-os como todas as coisas móveis e imóveis, semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município, conforme estabelece o art. 100 da L.O.M., cabe ao senhor Prefeito, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles utilizados em seus serviços (art. 111, da L.O.M.). A Lei Orgânica prevê, também, que o Chefe do Executivo poderá delegar a seus auxiliares, por meio de decreto, as funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva (art. 71, também da L.O.M.), situação essa que se enquadra o assunto das permissões de uso, o qual foi conferido aos Subprefeitos, auxiliares diretos do Prefeito, por força do que dispõe o art. 75 da L.O.M., cada qual no âmbito de sua respectiva circunscrição, atendidas as peculiaridades Locais. Portanto, cremos que o projeto de Decreto-Legislativo em análise invade a esfera de competência do Poder Executivo, em afronta ao princípio constitucional da separação de poderes." (grifos nossos).

Seguindo os esclarecimentos prestados pelo Executivo, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente emitiu parecer CONTRÁRIO à proposição.

Ante o exposto, levando em consideração o mérito que nos cabe analisar, a Comissão de Administração Pública é CONTRÁRIA ao projeto.

Sala da Comissão de Administração Pública, 16 de agosto de 2017.

Toninho Paiva - (PR) - Presidente - contrário

Gilson Barreto - (P SDB) - Vice-Presidente

André Santos - (PRB) - Relator

Antônio Donato - (PT) - contrário

Alfredinho - (PT) - contrário

Fernando Holiday - (Democratas) - contrário

Patrícia Bezerra - (PSDB) - contrário

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 06/09/2017, p. 109

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.